

A PÓS-GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

POSTGRADUATE STUDIES IN THE FEDERAL UNIVERSITY OF PARAIBA

Maria José Lima da **Silva**¹

Os programas de pós-graduação desempenham importante papel na formação de novos pesquisadores e permitem consolidar grupos de pesquisa já estabelecidos, uma vez que esses grupos são ao mesmo tempo, produtos do processo de formação de pesquisadores, e constituem os *centros* onde se desenvolvem, predominantemente, a maioria dos programas. A pós-graduação sistematizada no Brasil há cerca de 40 anos, resulta da ação de agências responsabilizadas pela implantação das políticas de pesquisa e pós-graduação no país, no caso a *Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES) e o *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (CNPq). Um dos pontos fundamentais processo, e que permanece até hoje, é que as ações desenvolvidas baseiam-se estritamente na qualidade e no mérito.

No país, desde a implantação dos primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu*, até hoje,, observa-se uma real expansão do sistema, com uma progressiva descentralização. Até 1998 existia no país 2129 programas de pós-graduação, sendo 1388 mestrados, 741 doutorados, com mais de 70.000 alunos matriculados, formando uma média de 14.000 alunos. Os dados da CAPES demonstram que na década de 1987-1996, houve um crescimento de 37% (1180) de cursos de mestrado e 62,9% de doutorado (627) com um aumento de 158,7% de alunos novos, em 1996, nos cursos de doutorado e 65% nos cursos de mestrado. Estes dados significam um número de 22.000 alunos matriculados no doutorado e 44.925 nos mestrados, demonstrando um aumento de 164% no doutorado e 48% nos mestrados. Esses cursos titularam 2972 (195%) doutores e 10.356 mestres (167,9%). Em termos regionais, a região Sudeste, em 1998, detinha 69,7% dos cursos (mestrado e doutorado). A região Sul, 13,5%. Nas outras regiões, estão, portanto, distribuídos menos que 20% do total de cursos de pós-graduação *stricto sensu* de todo o país.

Durante os dois últimos anos várias ações foram desenvolvidas pela *Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa* (PRPG), buscando a excelência na *Universidade Federal da Paraíba* (UFPB) que, mesmo com carência de recursos financeiros à pesquisa, e também falta de recursos humanos, conseguiu durante o período, implementar políticas que permitem a melhoria dos cursos de pós-graduação, da pesquisa e capacitar recursos humanos para desenvolver essas atividades.

A UFPB, até 1996, oferecia à comunidade 37 programas de mestrado e 6 de doutorado, dos quais 35 mestrados credenciados pelo sistema de avaliação nacional da CAPES, com predominância do conceito C. Este resultado refletia claramente as dificuldades enfrentadas pelos cursos, dentre as quais podem-se eleger o excesso de créditos a cumprir, o baixo índice de titulação de mestres, a elevada permanência para a titulação, um número excessivo de professores com título de mestre em atividade de orientação, além de regras pouco rigorosas para o desligamento de discentes desinteressados e da falta de critérios definidos para o credenciamento ou descredenciamentos de docentes junto a cada programa de pós-graduação. Após o diagnóstico dos problemas levantados pela Pró-Reitoria foi possível estabelecer uma rotina de trabalho direcionada a elaboração de um novo Regulamento Geral para todos os programas e cursos de pós-graduação

¹ Pro-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da *Universidade Federal da Paraíba* (UFPB)

stricto sensu da Universidade, introduzindo sobretudo, mecanismos normativos com o objetivo de permitir uma reformulação ampla em cada curso, com o intuito de corrigir os problemas detectados. O novo Regulamento Geral aprovado pelo *Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão* (CONSEPE) em meados do segundo semestre de 1996, permite no final de 1996, iniciar o trabalho de reestruturação de todos os programas e cursos. Tal tarefa se prolonga durante o ano de 1997 quando o CONSEPE aprecia e aprova todos os novos regulamentos. É importante destacar, que durante este ano, as diversas visitas de consultores da CAPES aos programas e cursos, numa ação apoiada pela PRPG, incentivada e financiada por aquela agência, resultam em benefícios importantes, uma vez que os consultores constataram *in loco* as mudanças implementadas para a melhoria da pós-graduação na *Universidade*.

Ao final de cada visita, os consultores apresentam seus relatórios à CAPES, constituindo-se em subsídios para o sistema de avaliação referente ao biênio 96/97. Em meados de 1998, procede-se a avaliação nacional dos programas e cursos pertencentes ao Sistema Nacional de Pós-Graduação, cujo resultado indica 16 programas com elevação de conceito, 19 mantêm o anterior e apenas um experimenta queda de conceito. Ressalte-se no entanto, que nenhum obteve nota um ou dois. Os novos critérios adotados pela CAPES, transformados em escala numérica, são reconhecidamente bem rígidos, e consideram, fundamentalmente, a produção científica do corpo docente e discente, a qualificação acadêmica e a média do tempo de titulação dos alunos. A avaliação é feita por comissões nacionais, compostas por professores/pesquisadores de alto nível acadêmico do país. Dos resultados da avaliação, observa-se que 47% dos cursos da UFPB obtêm conceito igual ou superior a quatro (considerados bons, muito bons e excelentes), cujo percentual está acima de 32% da média nacional.

Na avaliação realizada em 1996, o tempo médio de titulação em alguns programas de mestrado é de 47 meses, e na última avaliação passa a 36 meses, embora distante do ideal da CAPES que considera 30 meses.

Também durante o ano de 1998, é importante destacar os procedimentos adotados pela PRPG no que se refere à criação de novos cursos, sobretudo de doutorado. Todos os projetos de criação são encaminhados a um ou dois consultores da CAPES, para análise preliminar. Este procedimento permite aos cursos propostos de tornarem-se mais adequados aos parâmetros de qualidade exigidos pela CAPES. Com esses avanços, e apesar das grandes dificuldades e incertezas que permeiam o meio universitário nacional, a *Universidade Federal da Paraíba* apresenta hoje uma expansão nominal de programas e cursos, totalizando 39 de mestrado e 15 de doutorado, com 1907 alunos matriculados. Cria-se no biênio 96/97, dois mestrados e um doutorado, em 98, um doutorado e em 1999, oito doutorados.

No âmbito da pós-graduação *lato sensu*, a UFPB procura atuar oferecendo cursos de especialização e de aperfeiçoamento. A oferta desses cursos é fundamental para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural da Paraíba e da região Nordeste, uma vez que buscam atender às necessidades da sociedade, em termos de profissionais de nível superior com uma qualificação específica, qualificação esta, demandada pelas rápidas mudanças que atingem a sociedade. São mudanças provocadas pelas inovações tecnológicas no campo industrial, pela globalização das relações econômicas entre as nações, pelas crescentes necessidades de saúde da população, pelos novos modelos de gerenciamento empresarial, pela introdução de novas tecnologias de comunicação, enfim, pela interferência das mudanças nas relações humanas e sociais. Assim, o campo da pós-graduação *lato sensu* adquire um caráter extremamente dinâmico e essencial no qual devemos sempre atuar.

A despeito da importância da pós-graduação *lato sensu*, essa atividade cresce de forma desordenada, ao sabor de iniciativas localizadas de docentes, ou grupo de docentes, sem qualquer avaliação do ponto de vista institucional e sem uma definição do compromisso da Universidade que

garanta o funcionamento dos cursos por ela aprovados. São oferecidos, em média 34 cursos de especialização por ano a cerca de 850 alunos. Em 1999, 35 cursos, com 1190 alunos matriculados.

No âmbito das agências financiadoras da pós-graduação no país, a CAPES manteve até 1997 um Programa de Apoio à Pós-Graduação *Lato Sensu*. A decisão da CAPES de não mais fornecer qualquer tipo de apoio financeiro aos projetos de cursos de especialização apresentados ao citado programa, é motivada não pela falta de mérito dos projetos, mas tão somente devido à instabilidade dos repasses de recursos para essa Agência pelos órgãos competentes da administração federal.

A inexistência de uma política de pós-graduação *lato sensu* não é um problema exclusivo da UFPB. Na realidade, não existe uma política nacional para apoio aos cursos *lato sensu*. Não existe definição de prioridades, nem do ponto de vista das áreas de conhecimento, nem das desigualdades regionais no país, que possa balizar quais cursos podem ter financiamento garantido para seu funcionamento. Em termos de legislação nacional, o que existe é somente a Resolução Nº 03/99 da *Câmara de Ensino Superior* (CES) e do *Conselho Nacional de Educação* (CNE), que apenas disciplina a questão, bastante específica, dos requisitos referentes aos cursos *lato sensu*.

No que se refere à legislação vigente na UFPB, existe uma obrigatoriedade estatutária de autorização para o funcionamento de cursos de especialização e aperfeiçoamento pelas Câmaras do CONSEPE (alínea “a” do art. 32 do Estatuto da UFPB). Há também a Resolução Nº 38/86 de 02/12/86, do CONSEPE, que estabelece prazos de encaminhamento às Câmaras correspondentes dos pedidos de autorização para realização de tais cursos. No final de 1996, o CONSEPE aprova o *Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da UFPB* (Resolução Nº 56/96, de 28/11/96).

A PRPG, desde o início de 1997, procura discutir a questão com a comunidade universitária e em dezembro desse ano, por ocasião do *IV Seminário de Avaliação Institucional*, apresentou uma minuta de Resolução para o Conselho Universitário caracterizando a *atividade de prestação de serviço*, através de cursos de especialização e aperfeiçoamento e propondo a criação de um *Fundo de Apoio a Pós-Graduação Lato-Sensu*. Em novembro de 1998, o CONSUNI aprova a Resolução Nº 09/98, que estabelece critérios para prestação desses serviços e cria o mencionado Fundo.

Os recursos advindos dos cursos auto-financeáveis alimentam o *Fundo de Apoio a Pós-Graduação*, possibilitando a oferta de cursos que, por sua natureza, não o são. A UFPB vive hoje um novo momento, contando com um instrumento normativo, que pode impulsionar uma atividade que, além de prestar um serviço de qualidade à sociedade, em áreas competitivas de mercado, pode trazer recursos para a *Instituição* viabilizar outros cursos, e impedir iniciativas desordenadas.

Buscando a melhoria da pesquisa, a Pró-Reitoria através da Coordenação Geral de Pesquisa, mantém apoio aos pesquisadores através da divulgação de financiamentos à pesquisa e institucionalmente, possibilita a participação em eventos científicos através do *Fundo de Apoio à Pesquisa* (FAPE) alocado diretamente aos Centros. As fontes de financiamento dos quais dispomos atualmente se restringem aos órgãos tradicionais como CNPq, *Financiadora de Estudos e Projetos* (FINEP), CAPES, *Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba* (FAPESQ-PB), *Banco do Nordeste do Brasil* (BNB), etc. Embora a Pró-Reitoria dispenda esforços, para divulgar e orientar na captação, em agências de fomento, de recursos à pesquisa, e conseqüente aprovação dos projetos, na maioria das vezes, os recursos não são liberados em virtude dos cortes orçamentários nessas agências.

O *Programa Nordeste de Pesquisa e Pós-Graduação* apoiado pela CAPES alocou à UFPB em 1997 R\$ 575 mil reais e o CNPq neste período aprovou sete projetos, e liberou recursos para quatro na ordem de R\$ 50 mil reais cada. Os outros três receberam o mesmo valor em 1998, e em 1999 o CNPq alocou R\$ 526.230,00 apoiando 11 projetos. Além desse Programa tivemos projetos aprovados pelo Ministério da Saúde, pelo *Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (PADCT), *Financiadora de Estudos e Projetos* (FINEP) e *Programa de Núcleos de*

Excelência (PRONEX). Com recursos derivados dos *royalties* do petróleo, a UFPB recebeu, em dezembro de 1999, R\$ 967.200,00, beneficiando 16 projetos para infra-estrutura de laboratórios.

A criação de grupos de pesquisa, integra as preocupações desta Pró-Reitoria. Através de análise comparativa entre o número de grupos de pesquisa cadastrados no Diretório do CNPq em 1995 e, os cadastrados em 1997, verificamos um aumento de 49%, passando de 106 para 158 grupos, respectivamente. O número de pesquisadores passa de 670 para 928, portanto, um aumento de 72,20%. Por sua vez as pesquisas desenvolvidas por estes grupos e integradas ao total de 492 linhas, são voltadas em sua maioria para as resoluções dos problemas regionais, nas diferentes áreas do conhecimento. Muitos dos projetos de pesquisa desenvolvidos por pesquisadores da UFPB enfocam problemas do Estado, e ressalta-se, sem o apoio financeiro do governo estadual.

Apesar da melhoria dos níveis da pós-graduação e do aumento do número de pesquisadores na UFPB, a produção científica não atinge os patamares desejados. Foram publicados no biênio 97/98 313 livros, 742 artigos em periódicos nacionais, 301 artigos em periódicos internacionais, 529 dissertações de mestrado e teses de doutorado, 1048 trabalhos na íntegra em congressos científicos e 2459 resumos.

Para uma melhor qualificação dos graduados, a Pró-Reitoria através da Coordenação Geral de Pesquisa coordena o *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica* (PIBIC), que envolve com pesquisa 622 alunos de graduação, cujo objetivo principal é preparar o aluno para a pós-graduação, despertando-os para o valor da pesquisa e reduzir o tempo de permanência na pós-graduação. Desse total de bolsas, 100 são mantidas pela UFPB. No final de 1998 e início de 99, dos 116 ex-bolsistas do PIBIC, 96 ingressaram em programas de pós-graduação.

A PRPG, através da Coordenação de Capacitação Docente e Técnica, busca mecanismos para cumprir seu papel junto aos segmentos que integram a UFPB e, quando possível, fora do âmbito estritamente institucional. A formulação de políticas, estratégias e mecanismos que ampliem o processo de capacitação de docentes e técnicos no âmbito desta instituição é uma das metas desta Pró-Reitoria, comprometida com a produção do conhecimento e com o ensino de qualidade na graduação e pós-graduação, e nas atividades de pesquisa e extensão identificadas com o processo de desenvolvimento regional, a melhoria da qualidade da vida dos vários segmentos da sociedade. A capacitação docente e técnica dos segmentos da UFPB busca contemplar tais variáveis, identificando-se com os objetivos e preocupações desta Universidade.

Dessa forma, estratégias diversas estão sendo desenvolvidas no sentido de ampliar cada vez mais, o número de afastamento de docentes e técnicos para capacitação no âmbito da própria UFPB, em instituições situadas na região nordestina, em outras regiões do país e no exterior. No período de 1995 a 1998, titulam-se em nível de mestrado 255 docentes e em doutorado 160 docentes. Em 1999, obtêm o título de doutor 61 docentes e 60 o de mestre.

O número de docentes da instituição, candidatos a cursos e programas de pós-graduação, se intensifica anualmente em função das novas demandas da sociedade e, mais recentemente, em função das políticas adotadas pelo Governo Federal para a concessão de gratificações de estímulo a docência (GED) que toma a titulação como referência para a extensão do benefício aos professores das universidades federais. Ressalta-se ainda, o sistema de avaliação do MEC junto aos cursos de graduação, através do Exame Nacional dos Cursos (Provão), como outra variável que determina a agilização do processo de capacitação junto as principais instituições de ensino superior do país. Por outro lado, as recomendações contidas na *Lei de Diretrizes e Bases* (LDB) já evidenciam a necessidade das universidades brasileiras intensificarem, a curto prazo, o processo de qualificação de seus docentes, como estratégia para atender aos desafios e demandas da sociedade contemporânea.

No âmbito da UFPB, o processo de capacitação docente apresenta-se como estratégia fundamental para as unidades de ensino e órgãos suplementares enfrentarem os desafios e

obstáculos de uma instituição de ensino superior com estrutura *multicampi*, distribuída em sete significativas cidades do estado da Paraíba.

O processo de capacitação dos professores e técnicos ocorre sistematicamente, ora com o incentivo da *Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* ou, sem a concessão de bolsas de estudo, aos que optam por programas ainda não credenciados junto as Agências de Fomento. A concessão de bolsas para pós-graduação no país, através do *Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica* (PICDT) na UFPB não sofre maiores alterações nos últimos dois anos, uma vez que a quota concedida atende a demanda institucional.

O retorno dos docentes com a titulação máxima vem se intensificando nos últimos anos. No entanto, não repõe as perdas decorrentes das aposentadorias o que implica número insuficiente de pessoal qualificado para as atividades desenvolvidas na pós-graduação e na pesquisa da UFPB. Até o final de 1999 estavam em capacitação cerca de 350 docentes, sendo 252 com bolsa e 98 sem bolsa. Do pessoal técnico administrativo, seis estão em curso de mestrado e um em doutorado. No exterior estão 41 docentes.

O diagnóstico feito pela PRPG demonstra, no entanto, os vários problemas que existem nas atividades coordenadas e apresenta propostas para, minimizar seus efeitos, no comprometimento com a excelência na pós-graduação e pesquisa da UFPB. Várias ações estão programadas para serem desenvolvidas pela Pró-Reitoria e necessitam sua execução, entre as quais:

- acompanhar e avaliar permanentemente o desempenho de programas ou cursos novos ou não, em parceria com similares na região, credenciados com conceito abaixo da média e aqueles não credenciados, incentivando os seus docentes na consolidação e crescimento com o apoio institucional nos diversos níveis;
- consolidar o sistema de acompanhamento do desempenho acadêmico do corpo docente, articulando ações conjuntas com os programas ou cursos, objetivando diminuir o tempo de titulação, seja de mestres ou de doutores;
- desenvolver ações permanentes entre a Pró-Reitoria e os programas ou cursos para favorecer o funcionamento acadêmico, de acordo com as normas universitárias vigentes, de forma a consolidar as informações acadêmicas, para fins de expedição de diplomas e para auxiliar na sistematização das atividades docentes, envolvendo outros programas ou cursos;
- estabelecer ações permanentes entre os coordenadores e os diretores de Centro, para a utilização racional dos recursos alocados pelo Tesouro e aplicáveis aos programas ou cursos;
- estimular, acompanhar e apoiar institucionalmente a capacitação dos docentes na UFPB.

As ações desenvolvidas e as programadas pela Pró-Reitoria têm como objetivo permitir que a UFPB contribua, de maneira significativa para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do Estado e da região Nordeste, uma vez que têm como base as pesquisas e os problemas que afetam a sociedade, apontando soluções para os mesmos. Trata-se, portanto, da Universidade reverter os recursos recebidos, com investimentos para a pós-graduação e a pesquisa, em benefícios à sociedade através da formação de recursos humanos de alto nível, preparados para atuar na busca de melhoria da qualidade de vida de forma justa e democrática.